

A Urbanização de Favelas de Grande Porte no Rio de Janeiro

Autores: Ruth Jurberg - EGP Rio- Secretaria de Estado da Casa Civil- Governo do Estado do Rio de Janeiro;

Maria Gabriela Bessa - EGP Rio- Secretaria de Estado da Casa Civil- Governo do Estado do Rio de Janeiro

Carlos Alberto Pereira de Oliveira, Professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Coordenador Executivo do Observatório de Reconciliação e Paz/Instituto de Medicina Social/UERJ.

Email: rjurberg@yahoo.com.br; mgabibessa@gmail.com, caoeduc@gmail.com

Resumo:

Este trabalho apresentará o resultado da proposta integrada de urbanização de favelas no Estado do Rio de Janeiro implementada através do PAC.

O **Programa de Aceleração do Crescimento** foi lançado em **28 de janeiro de 2007**, pelo **governo federal brasileiro** que tem como um dos objetivos principais acelerar o **crescimento econômico** brasileiro. Uma das prioridades é o investimento em **infraestrutura**, sobretudo nas áreas de saneamento, habitação, transporte, etc.

Os investimentos previstos são de U\$ 850.000.000,00 em obras de urbanização com a construção de diversos equipamentos públicos e comunitários como: escolas, creches, postos de saúde, UPAS 24 horas, Bibliotecas, Centro de Referência da Juventude, teleférico, integrado ao sistema público de transportes urbanos, que atende em torno de 12 mil pessoas/dia e a construção de 3100 novas unidades habitacionais. Em apenas um ano, foram feitas mais de 7500 realocações de famílias do Alemão, Manguinhos e Rocinha. Deste total, 3562 famílias se mudaram para novos apartamentos.

Além disso a proposta contempla ações de regularização fundiária que abrangem 24.440 residências nos três locais.

As obras geram cerca de 9.480 empregos, sendo 60% ocupados por moradores da própria comunidade. Além dos empregos, o PAC Social dedicou-se a capacitar 5.144

moradores em atividades da construção civil, empreendedorismo, formação de cooperativas e fortalecimento de organizações da sociedade civil.

Nesta iniciativa, cinco eixos são estruturantes: a urbanização, a construção de habitações e equipamentos sociais; a realização do primeiro levantamento censitário em favelas abrangendo tanto os domicílios quanto as atividades empresariais locais, o investimento no trabalho social, que busca integrar a comunidade através de processos participativos as intervenções urbanísticas a serem executadas e em execução, e a regularização fundiária através da comprovação da titularidade da área e pela garantia da posse ou propriedade dos lotes e das novas unidades habitacionais construídas.

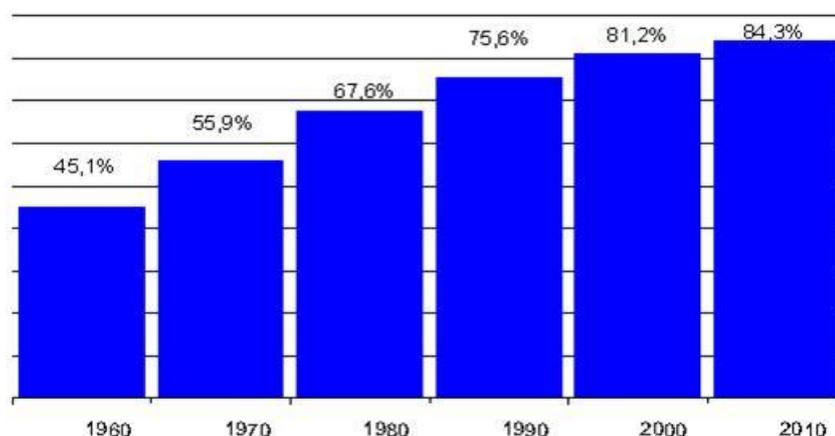
Palavras Chaves:

Favelas, Urbanização integrada, Trabalho Social, inclusão Social

Introdução:

Para entendermos a importância do Programa de Aceleração do Crescimento e sua versão no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, faz-se necessária uma breve contextualização do processo histórico de constituição das cidades brasileiras, da configuração do espaço urbano e das desigualdades sociais, destacando o significado do conceito de território para as intervenções urbanas nas favelas.

O Brasil é considerado um país predominantemente urbano. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), a taxa de urbanização passou de 44,7% em 1960 para 81,2% em 2000.



Fonte: IBGE (Censo)

A situação de precarização e favelização tem se agravado a partir da década de 60 quando o Brasil vive uma explosão urbana, que levou um grande número de trabalhadores rurais, sem alternativa no campo, a viver e morar nas periferias e favelas das cidades.

De acordo com pesquisa feita pelo Ministério das Cidades, as cidades brasileiras são bastante diferenciadas pelo seu porte, densidade populacional, atividades econômicas, formação social e cultural. Dos 5565 municípios existentes, somente 94 são aglomerados metropolitanos com mais de um milhão de habitantes, e apenas 224 municípios concentram 60% de toda a população brasileira (FERREIRA e UEMURA: 2008). Outro aspecto relevante, é que os municípios com até 20.000 habitantes, representam 73% dos municípios brasileiros e quase metade da sua população (45%) vivem em áreas rurais.

O crescimento urbano vivenciado a partir da década de 1960, fez com que aumentassem também o número de aglomerados subnormais, enquanto as cidades inchavam, as favelas cariocas cresciam vertiginosamente, e com pouco ou nenhum investimento ou acompanhamento público. No caso do Rio de Janeiro, o Poder Público passou décadas omitindo a existência dessas regiões que cresciam de forma completamente desordenada por todas as partes da cidade do Rio de Janeiro.

Nas cidades brasileiras se produz e reproduz as desigualdades sociais cotidianamente e as favelas são reflexo mais visível dessa desigualdade. Esses espaços foram produzidos através da autoconstrução nos espaços que “sobram” na cidade formal onde não se pode construir regularmente e, por conseguinte são desvalorizadas e sem interesse para o mercado imobiliário.

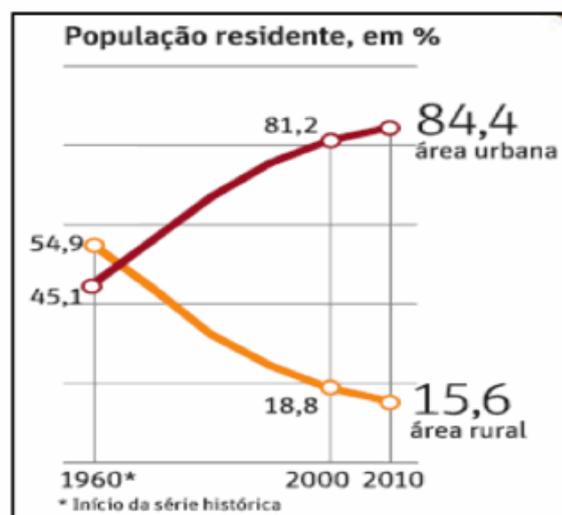
Esses espaços da cidade foram sendo construídos através de um intenso processo de precarização das condições de vida, tendo como principais características: níveis elevados de subemprego e informalidade nas relações de trabalho; indicadores educacionais, sanitários, econômicos e ambientais abaixo da média; alta densidade demográfica; ocupação por parte do narcotráfico nesses territórios, fazendo com que esses espaços tivessem um grau de vitimização da população maior em relação ao restante da cidade.

Ressalte-se que este processo remonta ao século XIX, no auge da economia cafeeira agroexportadora, quando as cidades brasileiras apresentavam forte segregação socioespacial, decorrentes da herança colonial e escravocrata.

No início do século XX, após abolição da escravatura, a crise da lavoura cafeeira e o início da industrialização, houve a migração externa e interna para as grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo, que se transformaram em grandes centros industriais, e mais tarde grandes metrópoles urbanas.

Nestas cidades houve o aprofundamento dessa lógica segregacional, de forma que os bairros de classe média e classe média alta são planejados e objeto de ações de embelezamento. Já nos centros, proliferavam os cortiços, as habitações coletivas de aluguel e as favelas onde a população de baixa renda buscava alternativas para morar próximo ao trabalho. Ou mesmo nas periferias distantes, onde a população de baixa renda vivia e era realocada, e onde não havia oferta de empregos, de serviços e de transportes que pudessem garantir a fixação populacional.

Como mencionado anteriormente, a precarização e a favelização pioram a partir da década de 60 quando o Brasil vive uma explosão urbana, que levou um grande número de trabalhadores rurais, sem alternativa no campo, a viver e morar nas periferias e favelas das cidades.



Fonte: IBGE. Censo 2010

Vale citar Rolnik (1997) que, em seus trabalhos e estudos sobre cidade e legislação urbana, conclui que “as formas de apropriação e uso dos espaços permitidos ou mesmo proibidos, acabam por definir territórios dentro e fora da lei, onde a questão da cidadania plena nem sempre é possível”.

Nesse contexto, sobressai uma conquista advinda da luta dos movimentos sociais que foi concretizada através do Estatuto da Cidade (Lei 10.257 de 10 de Julho de 2001) que estabelece os marcos para se pensar e planejar as cidades.

O Estatuto da Cidade cria mecanismo de enfrentamento para essas “cidades segregadas e partidas” (Ventura: 1994), pois assegura o direito humano fundamental à moradia, conectando-o à promoção do desenvolvimento sustentável, e tendo como premissa a gestão democrática da cidade.

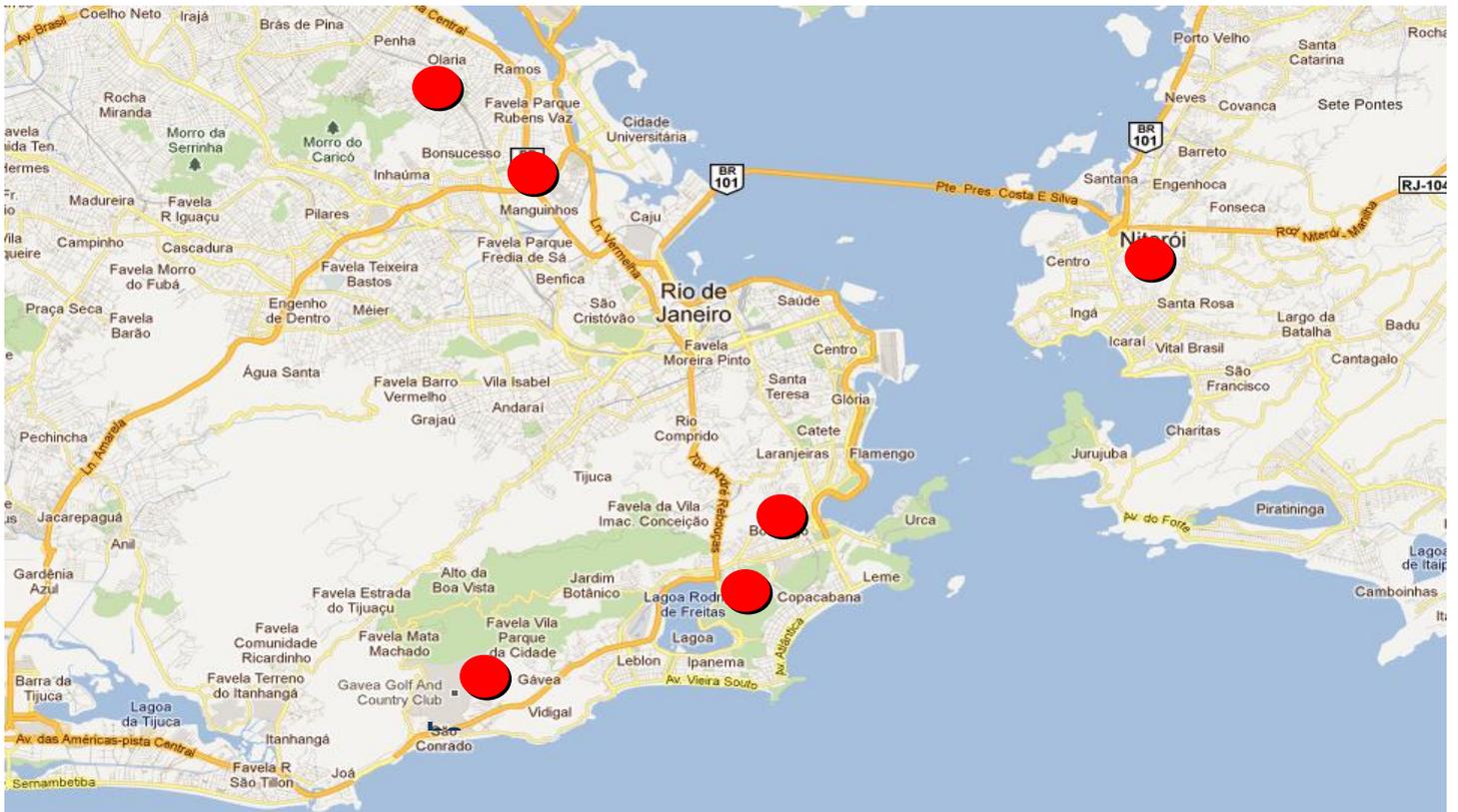
Assim, dando consequência ao marco legal, o Governo do Estado do Rio de Janeiro, considerou estratégica a necessidade de implementar um amplo projeto de urbanização integrada com a participação da sociedade, baseado no diálogo social e adequado as realidades locais pressupondo a compreensão do território como espaço de relações sociais sempre permeado por contrastes e contradições.

O PAC que tem abrangência nacional foi lançado em 2007 englobando um conjunto de políticas sociais e econômicas, tendo como objetivo acelerar o crescimento econômico do Brasil, sendo uma de suas prioridades o investimento em infraestrutura, em áreas como saneamento, habitação, transporte, energia e recursos hídricos, entre outros.

No Estado do Rio de Janeiro foram elegíveis 15 cidades, sendo 12 municípios da Região Metropolitana do Rio de Janeiro e 3 Municípios de outras regiões do Estado.

A proposta original era atender 400 mil famílias, com um investimento de R\$ 2.000.000.000,00, sendo que 2,5% do total do investimento seriam destinados à execução do trabalho social.

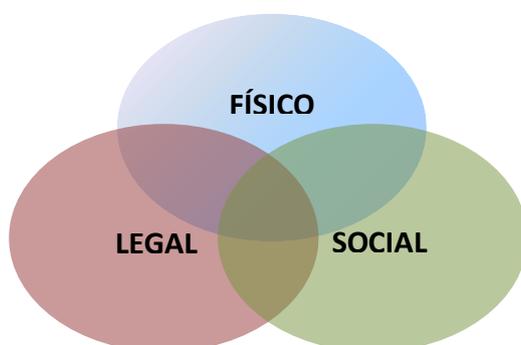
No Estado do Rio de Janeiro, as intervenções se concentram nas comunidades de Mangueiros, Complexo do Alemão, Rocinha, Pavão-Pavãozinho que ficam na Cidade do Rio de Janeiro, e Preventório localizado no Município de Niterói.



O objetivo geral do programa é de transformar intervenções físicas de urbanização em processos de Desenvolvimento Territorial, congregando obras que geram a transformação do território com crescimento econômico e participação comunitária.

A proposta inovadora do Estado prevê a Urbanização Integrada onde os componentes físico, social e legal trabalham de forma conjunta e interagem durante todo o projeto, otimizando recursos, acelerando etapas e ampliando o conhecimento do território pelo Governo com comprometimento da população.

Conceito de Urbanização Integrada



Em uma análise mais ampla o PAC- Urbanização de Favelas é uma política pública que tem como objetivo a redução das desigualdades sociais no país e busca garantir o direito à cidade aos habitantes dessas comunidades.

Particularmente, no caso fluminense, um dos desafios principais nessas comunidades que conviveram com a ausência do Poder Público durante anos, foi recuperar a credibilidade da população na proposta governamental. Ressalte-se que por muitos anos, o Estado limitava-se a entrar nas favelas através da força policial, sem contribuir para que os direitos mais básicos dessa população fossem assegurados. Resultado era que a população estava incrédula quanto a investimentos públicos nessas áreas, e credita-se a isso a dificuldade inicial para resgatar essa confiança e implementar os projetos envolvendo no processo de construção da proposta moradores e lideranças comunitárias de forma democrática.

A escolha das áreas se deu por critérios técnicos e sociais. Os indicadores existentes e produzidos demonstravam que as comunidades escolhidas tinham insuficiente e inadequada infraestrutura, alto índice de desemprego, violência extrema e falta de equipamentos públicos de saúde, de educação, de assistência social, de esportes e de cultura. para atendimento à população.

O desafio era enorme uma vez que as comunidades selecionadas tinham população residente superior a 350 mil habitantes somando-se as três maiores.

O Governo optou por trabalhar fortemente com a questão social aliada as obras de urbanização e também a questão da regularização fundiária, no sentido de garantir o diálogo social permanente e melhorar de forma efetiva e permanente a qualidade de vida desta população.

Em cada um dos territórios foram montados pontos de atendimento à população como espaço para o diálogo permanente sob os impactos das obras naqueles lugares. Convencionou-se chamar esses espaços de “canteiros sociais”. Tais espaços tornaram-se a base física para a operacionalização das intervenções do trabalho técnico social.

A execução do trabalho baseou-se em três diferentes áreas de atuação:

1. Censo Domiciliar e Empresarial

A realização do censo domiciliar teve como objetivo criar um retrato mais fiel das comunidades envolvidas e que servisse de subsídio para todo o trabalho a ser desenvolvido. O resultado é um mapeamento completo sobre renda, escolaridade, atendimentos e serviços locais, condição e qualidade de vida que pode ser confrontado com os dados conseguidos pelo Censo Nacional. Já o censo empresarial identificou e avaliou o universo das empresas formais e informais bem como os empreendedores dessas comunidades.

A realização do censo favelas foi uma medida pioneira e representou um avanço importante no modelo de levantamento censitário que havia sido realizado no Brasil. A metodologia do trabalho com sua permanência territorial e temporal foi marco importante que apresentou uma aproximação mais adequada do quantitativo populacional e suas condições de vida e de moradia. Tal instrumento permitiu que os governos federal, estadual e municipal pudessem traçar projetos e políticas públicas específicas e adequadas às regiões.

2. Gestão de Impactos e Desenvolvimento Territorial

2.1 Gestão de Impactos: As grandes intervenções físicas suscitam muitos riscos para o empreendimento e questões de natureza social podem dificultar sua realização. Por isso a ‘Gestão de Impactos’ visa minimizar os impactos negativos causados pelas obras tais como o transtorno à mobilidade, a interrupção de serviços e a realocação de moradores; e maximizar os impactos positivos como a geração de emprego e renda e melhorias na

infraestrutura e nos serviços ao cidadão e ao território, e a ampliação do diálogo social junto às famílias e empresas locais a serem remanejadas buscando soluções capazes de atender as necessidades do território.

2.2- Desenvolvimento Territorial: se baseia no tripé da sustentabilidade, que tem como elementos o crescimento econômico, o equilíbrio ambiental e a equidade social.

A busca das condições necessárias para o desenvolvimento territorial e sustentável da comunidade se dá através das seguintes etapas:

a) mobilização e organização; b) gestão compartilhada; c) conhecimento e diagnóstico local; d) elaboração do *Plano de Visão de Futuro*; e) crescimento econômico; f) desenvolvimento social; g) sustentabilidade de recursos; e h) gestão democrática.

3. Regularização Fundiária: A atividade de regularização fundiária consiste em providenciar para que cada família receba a titulação do direito real sobre o solo e/ou a construção em que habita. Esta titulação se dará, grosso modo, através da utilização dos instrumentos de usucapião, utilizado para as áreas de domínio particular, e de concessão de direito real de uso para as áreas de domínio público, possibilitando às famílias atendidas a segurança da posse. O processo tem como resultado no Complexo do Alemão regularizar 18 mil residências; na Favela da Rocinha, 5 mil; e em Manguinhos 4200 residências.

Neste sentido e visando sempre o desenvolvimento do território, a proposta vem sendo desenvolvida observando-se a lógica do Urbanismo Participativo, sempre buscando minimizar os impactos negativos no cotidiano da população, e gerando oportunidades de trabalho e renda a partir de contratação de mão de obra local nas próprias obras.

As três maiores comunidades de baixa renda do Rio de Janeiro foram escolhidas para implementação do PAC com o desafio de enfrentar problemas da precariedade urbanística e habitacional, desemprego, extrema vulnerabilidade social, violência e falta de cidadania. As áreas apresentavam casas de madeira e pau a pique, com chão de terra, esgoto lançado a céu aberto entre ruelas estreitas e sem ventilação. Outras eram em palafitas na beira de um canal de esgoto ou em áreas de risco de desabamento. Alguns moradores há anos não saiam de suas casas por terem que enfrentar enormes escadarias para acesso aos bairros formais, privando-os de acesso aos serviços de saúde, de assistência e educacionais, dentre outros. As instalações elétricas eram precárias,

ocasionando vários incêndios no local. Não existiam áreas de lazer e os acessos ao comércio e ao transporte público eram distantes e precários.

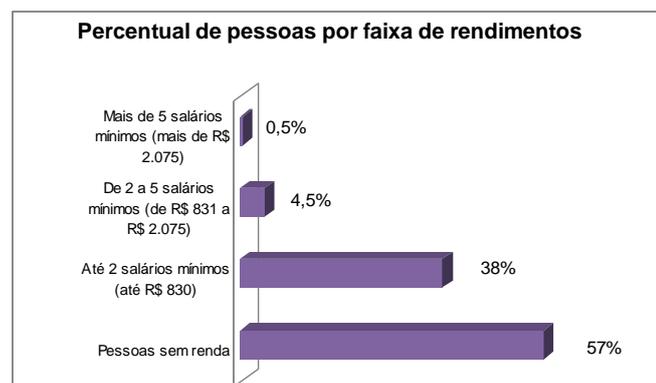
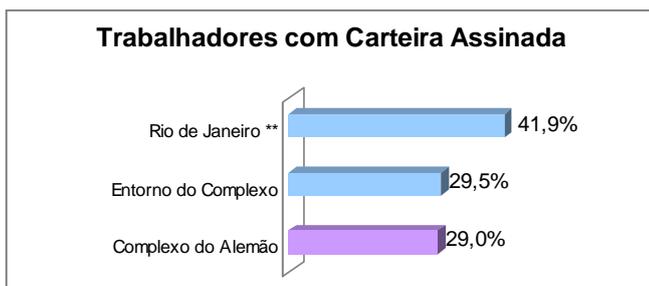
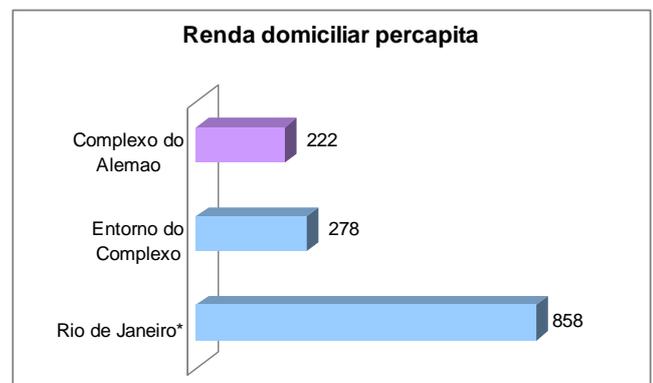
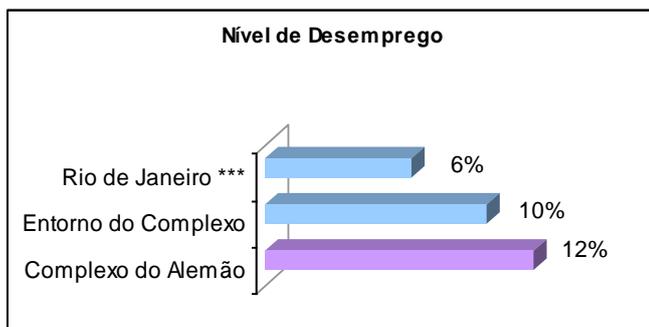
A metodologia de trabalho adotada teve como base o pressuposto de integração das diversas políticas públicas tendo como eixo principal o trabalho social desenvolvido em parceria com a comunidade.

A estratégia foi de envolver e sensibilizar a população através da divulgação dos processos e projetos no espaço de referência - Canteiro Social - onde moradores participavam de reuniões semanais sobre todas as questões, promovendo uma pactuação que garantia as intervenções planejadas, envolvendo a população adscrita, a empresa construtora e o Governo.

A primeira estratégia de abordagem foi a realização do Censo Favelas que possibilitou o desenho de um projeto mais adequado ao perfil de cada território. .

De acordo com o Censo temos alguns importantes indicadores nas comunidades:

TRABALHO E RENDA (ALEMÃO)



No desenvolvimento do Trabalho Social foram formados Comitês de Acompanhamento das Obras, de Remanejamento e de Geração de Renda no sentido de divulgar todas as ações e atividades, com o objetivo de minimizar conflitos decorrentes de obras e estabelecer uma relação de proximidade com o Governo. Outro ponto importante foi o apoio às famílias/negócios na adaptação pós-ocupação com capacitações em conservação patrimonial e gestão condominial, além da implementação do Plano de Inserção para o Trabalho e Renda, afim de garantir a sustentabilidade dessas famílias após terem passado por transformações nas suas vidas ou em seu negócio.

Na proposta de metodologia participativa foram realizadas diversas reuniões ampliadas e fóruns com a participação de mais de 1500 moradores e ONGs locais, resultando em um Plano de Ações Prioritárias para cada uma das regiões.

Outra etapa importante da metodologia desenvolvida é o eixo de educação sanitária e ambiental. A partir deste eixo foram elaboradas campanhas educativas e de sensibilização da população visando minimizar os impactos negativos relativos ao ambiente. Na questão ambiental um dos aspectos mais relevantes e difíceis de serem tratados. Ressalte-se que de uma maneira geral cabia a própria população o manuseio dos resíduos sólidos, na medida em que o Poder Público não realizava coleta regular nessas regiões, e, em alguns casos, nem mesmo possuía uma rotina de coleta de lixo pelas dificuldades de logística e de circulação de veículos próprios para a coleta. Outras vezes, o controle territorial pelos narcotraficantes impedia o trabalho de limpeza urbana pública.

Em virtude de tudo isso, os moradores daquelas comunidades não estavam acostumados a receber a coleta de lixo em dias regulares, introduzida com as intervenções do PAC. Assim, tem sido estratégica a realização de campanhas educativas, oficinas de reaproveitamento de material reciclável e uma parceria efetiva com a empresa municipal de coleta de lixo.

Outra ação de sucesso na questão ambiental é a coleta seletiva de óleo de cozinha, trocado por produtos de limpeza de forma gratuita. Esta atividade trouxe benefícios concretos ao meio ambiente e economia para a população, além de criar uma maior consciência ambiental.

Ainda na dimensão ambiental, trilhas ecológicas estão sendo desenhadas para criar uma maior consciência da população em relação ao meio ambiente.

Parques e complexos esportivos também foram construídos, aliando a questão ambiental ao desenvolvimento de práticas esportivas vinculadas a política de atenção básica de saúde.

Na questão do emprego e renda foram estabelecidas parcerias com empresas do entorno, e cursos de capacitação foram ofertados, vários moradores foram qualificados e requalificados profissionalmente e puderam se inserir no mercado de trabalho formal. Tais ações comprovam a relevância da parceria entre o setor público, o terceiro setor e a iniciativa, garantida pelo restabelecimento da situação de segurança e de efetivação de direitos da cidadania para a transformação desses territórios. As capacitações que foram ofertadas foram construídas com a participação da população considerando-se estudos sobre as potencialidades e dinamismo econômico do entorno.

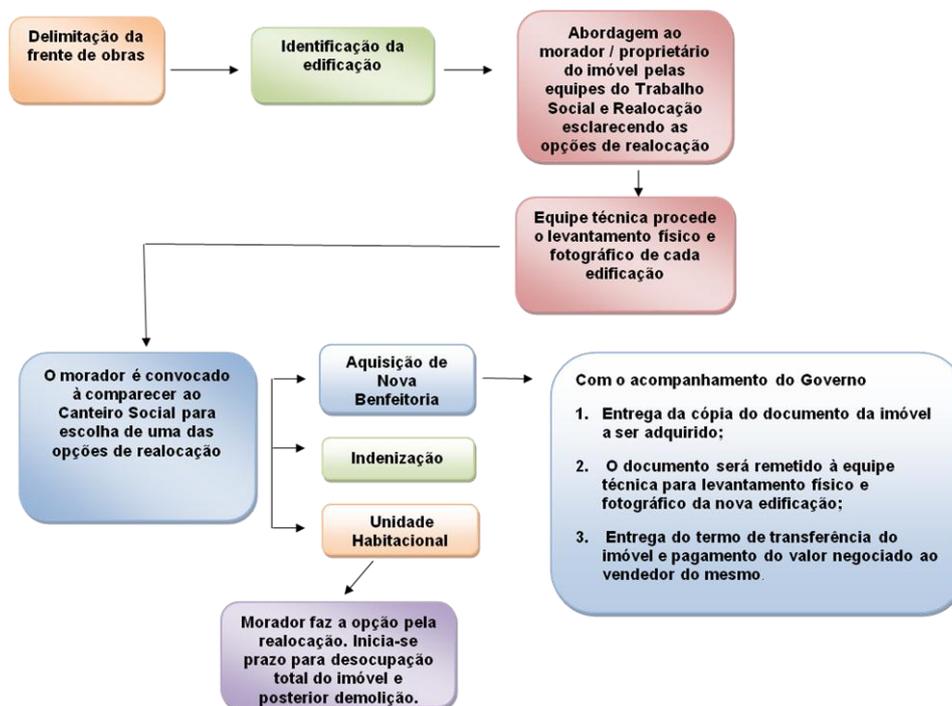
Para realização de todas as obras previstas foram realocados 7.602 famílias, sendo 3.879 no Complexo do Alemão, 2.576 em Mangueiras, 683 na Rocinha, 120 no Pavão-Pavãozinho- Cantagalo, 95 no Santa Marta e 248 no Preventório.

Cada família pode escolher uma das três modalidades de reassentamento previstas na regulamentação estadual:

a) compra assistida; b) indenização da benfeitoria; ou c) nova unidade habitacional.

Até a conclusão dos processos e obras, as famílias eram beneficiárias do pagamento governamental do aluguel social.

Processo de Realocação



Resultados e Conclusões:

Como resultados práticos o Governo do Estado do Rio de Janeiro já concluiu e entregou dezenas de obras nestas comunidades.

No Complexo do Alemão foram:

- 920 Novas Unidades Habitacionais,
- Equipamento de Saúde – Unidade de Pronto Atendimento
- Parque Aquático
- Escola de Ensino Médio de Referência
- Centro de Geração de Renda
- Centro de Referência da Juventude
- Teleférico com 6 estações sociais , com a urbanização das áreas no entorno das estações
- Implantação de infraestrutura com redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário e drenagem, e abertura de vias carroçáveis.

Em Manguinhos:

- 1.774 Novas Unidades Habitacionais
- Escola de Nível Médio
- Parque Aquático

- Quadra Poliesportiva
- Equipamento de Saúde – Unidade de Pronto Atendimento
- Farmácia Popular
- Biblioteca Parque
- Casa da Mulher
- Centro de Referência da Juventude
- Posto de Orientação Urbanística e Social – POUSO
- Elevação da via férrea integrando duas comunidades
- Construção do Parque Linear com quiosques, ciclovias, quadras esportivas e lazer em cerca de 2 km de extensão

Na Rocinha:

- Complexo Esportivo
- Nova Passarela de acesso a comunidade desenhada pelo arquiteto Oscar Niemeyer
- Equipamento de Saúde - UPA
- 144 Novas Unidades Habitacionais,
- Centro de Convivência, Comunicação e Cultura - C4
- Biblioteca Parque
- Creche Modelo
- Mercado Público
- Abertura de vias significativas e reurbanização das áreas
- Plano Inclinado

No que se refere ao trabalho técnico social, destacamos as seguintes conquistas: a importância da mobilização dos moradores no processo de decisão sobre as propostas, uma vez que são eles os maiores interessados e conhecedores das necessidades locais. Essa parceria só enriqueceu o trabalho do governo, no intuito de direcionar mais assertivamente as ações necessárias para a urbanização e desenvolvimento desses territórios. Ainda acrescentamos a conquista de credibilidade junto aos moradores que foi acontecendo através de muito apoio local, presença diária, respostas e explicações sobre todo o processo de transformação que estava sendo proposto.

Os números contabilizados são bastante expressivos. Cerca de 10 mil moradores empregados nas obras e em empresas que contrataram após os cursos de capacitação realizados pelo Trabalho Social, 1500 moradores capacitados e contratados para aplicação dos Censos nas três maiores comunidades.

Seis agências bancárias abertas na Comunidade do Alemão após as obras do PAC e do processo de pacificação (UPP) da comunidade, com oferta de micro crédito para a população.

Em relação aos dados censitários temos em resumo:

Alemão

- **População Recenseada : 69.586 habitantes**
- **População Estimada : 89.912 habitantes**
- **Domicílios entrevistados: 27.624**
- **Densidade Domiciliar 3,1 hab/dom**
- **População de Mulheres** **52,1%**
- **Proporção de Crianças e Adolescentes (0 a 18 anos)** **35%**
- **Proporção de Idosos (+ 65 anos)** **6,5%**
- **População que possui alguma deficiência** **0,4%**

Escolaridade:

- **Analfabeto** **6,5%**
- **Alfabetização** **7,9%**
- **Ensino fundamental** **47,4%**
- **Ensino médio** **24,0%**
- **Ensino superior** **3,8%**
- **Profissionalizante** **0,4%**

Manguinhos

- **População Recenseada : 27.073 habitantes**
- **População Estimada : 31.535 habitantes**
- **Domicílios entrevistados: 11.557**
- **Densidade Domiciliar 2,8 hab/dom**
- **Proporção de Crianças e Adolescentes (0 a 18 anos) 39,6%**
- **Proporção de Idosos (+ 65 anos) 3,7%**
- **Casas de alvenaria 76%**
- **Não recebem correspondência em casa 63,8%**

Escolaridade:

- **Analfabeto 5,4%**
- **Alfabetização 11,7%**
- **Ensino fundamental 49,9%**
- **Ensino médio 19,8%**
- **Ensino superior 2,7%**
- **Profissionalizante 0,4%**

Complexo da Rocinha:

- **População Recenseada : 73.410 habitantes**
- **População Estimada : 101.000 habitantes**
- **Domicílios entrevistados: 34.576**
- **Densidade Domiciliar 2,9 hab/dom**
- **Moram em apartamento 36%**
- **Proporção de Crianças e Adolescentes (0 a 18 anos) 34,5%**
- **Proporção de Idosos (+ 65 anos) 3,5%**
- **Casas de alvenaria 90%**
- **Não recebem correspondência em casa 29,7%**

Escolaridade:

- **Analfabeto 7,3%**
- **Alfabetização 8,6%**
- **Ensino fundamental 47,6%**
- **Ensino médio 21,5%**
- **Ensino superior 1,5%**
- **Profissionalizante 0,3%**

Além disso diversos projetos implantados para a geração de trabalho e renda e educação sanitária e ambiental, com a preocupação de fortalecer os grupos já desenvolviam trabalhos nessas regiões para que pudessem ser fortalecidos e sustentáveis após o encerramento dos investimentos do PAC.

Com a experiência adquirida através desta metodologia de integração entre projeto urbanístico, social e comunidade o governo do estado resolveu ampliar os investimento para outras áreas aperfeiçoando cada vez mais a metodologia que foi apresentada.

A experiência que discorremos aqui é de uma política habitacional direcionada a partir das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade que possui como égide principal a gestão democrática e participativa das cidades. Além disso, diversos projetos implantados para a geração de trabalho e renda e educação sanitária e ambiental, com a preocupação de fortalecer os grupos já desenvolviam trabalhos nessas regiões para que pudessem ser fortalecidos e sustentáveis após o encerramento dos investimentos do PAC conseguiram se articular através de outras parcerias afim de manter o trabalho iniciado com o apoio do trabalho social do PAC.

Com a experiência adquirida através desta metodologia de integração entre projeto urbanístico, social e comunidade o governo do estado resolveu ampliar os investimento para outras áreas aperfeiçoando cada vez mais a metodologia que foi apresentada.

A experiência que discorremos aqui é de uma política habitacional direcionada a partir das diretrizes estabelecidas pelo Estatuto da Cidade que possui como égide principal a gestão democrática e participativa das cidades. Norteada por uma política de inclusão destes territórios que viviam nas franjas da cidade com pouco ou nenhum investimento público, através desses investimentos esta população tornou-se parte integrante da cidade, podendo exercer sua cidadania dignamente acessando equipamentos de saúde, educação, cultura, lazer, e com a conquista do direito de ir vir propiciado através de investimentos em equipamentos e infraestrutura que proporcionam a mobilidade urbana.

Norteada por uma política de inclusão destes territórios que viviam nas franjas da cidade com pouco ou nenhum investimento público, através desses investimentos esta população tornou-se parte integrante da cidade, podendo exercer sua cidadania dignamente acessando equipamentos de saúde, educação, cultura, lazer, e com a conquista do direito de ir vir propiciado através de investimentos em equipamentos e infraestrutura que proporcionam a mobilidade urbana.

Finalmente, visando garantir o monitoramento e a permanência das mudanças implantadas foi estabelecida uma parceria entre a Universidade do Estado do Rio de Janeiro e o Governo Estadual para a implantação do Observatório de Reconciliação e Paz. O Observatório acompanhará as ações e desdobramentos nas áreas de urbanismo, meio ambiente, saúde, educação e geração de trabalho e renda nas Comunidades da Rocinha, Mangueiras, Complexo do Alemão, Pavãozinho e Cantagalo.

Bibliografia:

Ventura, Zuenir Cidade partida. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

Estatuto da Cidade: Lei n. 10.257 de 10 de julho, que estabelece as diretrizes gerais da política urbana. – Brasília: Câmara dos Deputados, Coordenação de Publicações. 2001.

Rolnik, Raquel. A Cidade e a Lei: legislação, política urbana e territórios na cidade de São Paulo. São Paulo: Stúdio Nobel; FAPESP, 1997.

Bonduki, Nabil. Articulação de políticas setoriais e ampliação dos recursos para intervenções urbanas socialmente justas e sustentáveis. Conferência Municipal da Cidade de Vitória. 2007.

Curso a Distancia, Trabalho Social em Programas e Projetos de Habitação de Interesse Social- Brasília: Ministério das Cidades- setembro de 2010

Matriz de indicadores para avaliação do pós ocupação dos projetos piloto de investimento intervenção em favelas- Ministério das Cidades - Brasília- 2006

Plano de Desenvolvimento Sustentável para a Rocinha- Governo do Estado do Rio de Janeiro - Janeiro de 2012

Ministério das Cidades: www.cidades.gov.br

CAIXA- www.caixa.gov.br

Governo do Estado do Rio de Janeiro- www.egprio.com.br